



# NECAT

Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

TEXTO PARA DISCUSSÃO

012/2015

Capitalismo, livre mercado e  
pobreza.

Lauro Mattei



## CAPITALISMO, LIVRE MERCADO E POBREZA

Lauro Mattei<sup>1</sup>

“Estou convencido de que a força dos interesses escusos se exagera muito em comparação com a firme penetração das ideias....raro são os homens de mais de vinte e cinco ou trinta anos que são influenciados por teorias novas... porém, cedo ou tarde, são as ideias, e não os interesses escusos, que representam um perigo, seja para o bem ou para o mal” (Keynes, Teoria Geral)

### INTRODUÇÃO

No dia 09.04.2015 recebi, via email, convite do estudante de Economia da UFSC Dioner Segala para um seminário a ser realizado no dia 13.04.2-15. Tal evento tem como chamada central “Capitalismo em favor dos pobres” e como complemento a afirmação: “como ajudar a população necessitada através do livre mercado e da defesa do direito de propriedade”.

O evento terá como palestrante o advogado Rodrigo Saraiva Marinho, presidente do Instituto Liberal do Nordeste. Para Dioner, o evento destaca-se pelos seguintes motivos: a) é importante para a formação do economista; b) propiciará uma visão mais ampla; e c)quebrará alguns mitos sobre o capitalismo.

Como não poderei estar presente devido a compromissos já assumidos anteriormente, e estimulado pela temática, resolvi fazer algumas breves notas sobre os distintos assuntos propostos pelo referido evento apenas com o objetivo de contribuir nas reflexões que considero tão necessárias nos tempos atuais, que são marcados pela superficialidade e dominados por dogmatismos que nem sempre são adequados às parcelas das populações que se quer “ajudar”.

---

<sup>1</sup> -Professor do curso de Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: [l.mattei@ufsc.br](mailto:l.mattei@ufsc.br) Artigo escrito em 10.04.2015

## **O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS CONTRADIÇÕES**

Desde o seu primórdio, o modo de produção capitalista já apresentou contradições centrais que colocaram em xeque a filosofia liberal do bem comum, que demarcava os contornos da vida social da época e definia os padrões de comportamento societário.

David Ricardo – pensador econômico clássico e membro da elite liberal da época – foi um dos primeiros, ainda em meados do século XIX, a desmistificar aquela filosofia dominante afirmando categoricamente que haveria perdedores. Em sua obra clássica “Princípios de Economia Política e de Tributação”, especialmente no capítulo 31 da terceira e última edição, Ricardo informa que a introdução da máquina altera, tanto o capital como o trabalho, porém sempre em prejuízo do trabalhador, concluindo que a mesma causa que leva ao aumento da renda nacional líquida determina a precarização das condições de vida dos trabalhadores. Decorre daí a sua afirmação no prefácio de sua obra de que o principal problema da sociedade era a forma de repartição do rendimento líquido nacional entre os capitalistas (lucro) e os trabalhadores (salários).

A partir dessa fundamentação teórica Ricardo apresenta duas conclusões centrais sobre a sociedade da época: não era uma sociedade de trocas (conforme proposto pela Lei de Trocas de Adam Smith), mas sim uma sociedade capitalista; e era capitalista porque os proprietários dos meios de produção aumentavam sua renda líquida via relação inversa com os salários. Essas conclusões o levaram a formular uma de suas importantes teorias: a teoria do Lucro.

Com a evolução histórica desse modo de produção, novos fatos se apresentaram, em especial as crises cíclicas desse modo de produção, enquanto as contradições iniciais se multiplicaram e se aprofundaram. Assim, a primeira metade do século XX foi marcada por constantes crises de ordem econômica e política. Neste cenário, emerge um novo pensador preocupado com o futuro do modo de produção capitalista. Keynes, no capítulo 24 de sua obra Teoria Geral, é categórico em afirmar que “os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das

rendas”<sup>2</sup>. Registre-se que Keynes – de origem liberal - não era nenhum militante revolucionário, ao contrário, ele apenas pretendia, com sua teoria, salvar o capitalismo.

Percebe-se que temas citados na convocatória do evento em tela já faziam parte dos debates desde o primórdio do modo de produção capitalista. Desta forma, é importante destacar que a doutrina econômica liberal clássica defendia o livre mercado como forma de promoção do bem comum por meio do toque mágico da “mão invisível do mercado”. E esse toque mágico só se viabilizaria caso o direito de propriedade estivesse garantido. Em decorrência, qualquer ação do Estado na esfera econômica seria prejudicial, uma vez que a obtenção do bem comum – por meio da magia do livre mercado – ficaria comprometida.

Sobre isso, Keynes é categórico em afirmar que “nossa crítica à teoria econômica clássica geralmente aceita consistiu menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a consequência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real” (idem nota 2, página 256).

Todos sabemos da importância e da influência exercida pelas teorias de Keynes no período do pós-guerra, especialmente para recompor o modo de produção capitalista naquilo que é essencial para sua sobrevivência: **a acumulação contínua de capital**. Mas a filosofia social de Keynes também foi essencial para a constituição do “Estado de Bem-Estar Social” na grande maioria dos países desenvolvidos com a finalidade de reduzir as desigualdades sociais e a pobreza. E isso foi feito por uma razão muito simples: a expansão da desigualdade e da pobreza era a demonstração real e acabada da contradição que sempre permeia e está presente no modo de produção capitalista. Esta é a principal razão que explica a adoção, em praticamente todos os continentes, de políticas sociais compensatórias, cuja finalidade última é amenizar as consequências sociais derivadas da contradição fundamental antes mencionada.

Os sistemas de proteção social foram implantados em diversos países do mundo com o objetivo de atender demandas sociais que cresciam com a expansão do modo de produção capitalista, especialmente após a maturação das revoluções industriais e consolidação da divisão internacional do trabalho. Tal sistema se propôs a disponibilizar

---

<sup>2</sup> Keynes, J.M. Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Capítulo 24, p.253.

um conjunto de serviços com a função de melhorar a condição social das pessoas, especialmente dos trabalhadores assalariados que se encontravam em situação de pobreza.

O ponto de partida foi a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da pobreza, uma vez que entre os séculos XVII e XIX era vergonhoso ser pobre. Essa agenda se ampliou de tal forma que a partir do pós-guerra (século XX) implementou-se a universalização dos serviços sociais. Esta passagem é importante, uma vez que ela sedimenta a **ideia de proteção social enquanto um direito dos cidadãos e não como serviços de caridade**. Para tanto, esse sistema deveria assegurar a todas as pessoas com necessidades serviços públicos com qualidade.

Assim, verifica-se que a trajetória do sistema de proteção social nos países desenvolvidos promoveu uma articulação das políticas visando à reprodução de uma ordem social mais equilibrada, situação esta que ficou conhecida na literatura política como a ordem “social-democrática”. Neste cenário coube aos estados nacionais disponibilizar os serviços sociais básicos e garantir o acesso aos mesmos para todos os cidadãos.

## **A POBREZA ENQUANTO UM FENÔMENO SOCIAL**

A pobreza, sem dúvida alguma, é a mais perceptível forma de degradação da condição humana, uma vez que coloca claramente aos olhos de toda a sociedade um conjunto imenso de pessoas desprovidas de bens, excluídas socialmente e privadas de cidadania. Desta forma, ela apenas realça os resultados contraditórios do modo de organização econômica, social e política das sociedades contemporâneas.

Para diversos autores (Barbeito et al, 1999; Townsend, 2006; Sen, 1984), mesmo havendo diferentes noções, a pobreza quase sempre é identificada com a ideia de privações, de insuficiências, de carências, etc. Mas as divergências são grandes quando se procuram identificar quais são os elementos centrais que causam essa situação. Isto porque os conceitos adotados para definir o conteúdo de um determinado problema social configuram, em grande medida, os critérios que orientam as ações destinadas à combater esse problema.

Decorrente da contradição central apontada no item anterior, nota-se que o tema da pobreza vem ocupando um lugar de destaque cada vez maior nas agendas públicas nacionais e internacionais. Desde a década de 1990 expandiram-se programas e políticas de enfrentamento da pobreza, sobretudo nos organismos e agências de cooperação internacional, bem como em diversos países. Para tanto, alguns eventos foram decisivos para que o tema fosse alçado à condição de prioritário no contexto atual, destacando-se a Conferência de Copenhague sobre Desenvolvimento Social (1995), a Aliança Mundial das Cidades Contra a Pobreza (1997) e a Declaração das Metas do Milênio (2000).

Além disso, observa-se também que nos últimos períodos houve um conjunto de inovações institucionais e das próprias políticas públicas, as quais passaram a desenvolver ações de forma mais cooperada e a considerar os atores sociais como elementos-chave no processo de enfrentamento da pobreza. Paralelamente a isso, nota-se, ainda, o estabelecimento e consolidação de regimes democráticos, o que contribuiu para criar um clima positivo que só veio a reforçar a importância das políticas públicas de enfrentamento da pobreza.

No plano social é importante registrar a evolução da temática que migrou de uma compreensão estritamente econômica para uma concepção mais ampla no campo do desenvolvimento social. Nesta trajetória, a complexidade do tema se ampliou e quando tratado na perspectiva e no âmbito dos sistemas de proteção social dois tipos de direitos são reforçados: os direitos humanos e os direitos sociais.

O Brasil, mesmo que tardiamente, vem acompanhando esse cenário global ao colocar o tema da pobreza, a partir do início do século XXI, como prioridade política na agenda nacional. A partir desse momento passou-se a adotar um conjunto de programas e políticas voltadas à erradicação da pobreza. Registre-se, todavia, que a pobreza não é um fenômeno recente no país, estando presente na sociedade desde a sua fundação. No entanto, ela se tornou um fator de grande complexidade social, particularmente depois das sucessivas crises econômicas que se abateram sobre o país a partir do final dos anos de 1970. Daquele período em diante esse fenômeno se espalhou por todas as unidades da federação e atingiu parcelas expressivas da população total do país.

Por isso, enquanto um fenômeno social, a pobreza não pode ser naturalizada e tratada com um problema restrito ao campo de ação da “ajuda”, mas sim como uma questão social historicamente construída e com causas definidas. Fugir disso é apenas uma tentativa de escamotear as contradições fundamentais das sociedades

contemporâneas que, sob a égide do modo de produção capitalista, produzem e reproduzem continuamente a desigualdade, a pobreza e a exclusão social.

## **LIVRE MERCADO E POBREZA**

No final dos anos de 1970 ganharam força novamente no cenário econômico e político internacional as ideias liberais, período histórico que ficou conhecido genericamente como a era do “Neoliberalismo”.

Na essência, essa nova ordem filosófica se apresentou como uma alternativa à crise econômica decorrente do esgotamento do padrão de acumulação de capital do pós-guerra, o qual estava assentado na estrutura de produção e de consumo de massa. Para Hobsbawn – historiador econômico inglês -, esse padrão que teve vigência entre as décadas de 1950 e 1970 representou a “era de ouro” do modo de produção capitalista.

Visando recompor aquele padrão de acumulação de capital e combater a crise econômica que afetou diversas regiões do planeta, especialmente a América Latina e a África, o *Establishment* econômico e político mundial estabeleceu um conjunto de medidas a ser adotadas pelos países periféricos como alternativa às crises recorrentes. Essa passagem ficou conhecida mundialmente como o “Consenso de Washington”, que era composto de 10 medidas específicas amparadas na filosofia neoliberal.

Na essência, o que articulava esse conjunto de medidas foi o tripé básico: desregulamentação dos mercados financeiros visando a livre circulação de capitais; a total liberalização comercial visando impulsionar os fluxos de comércio; e a privatização de todas as empresas governamentais visando promover politicamente a ordem filosófica do “mais mercado e menos Estado”. E tudo isso em nome da retomada do crescimento econômico, do combate ao desemprego e da redução da exclusão social e da pobreza.

Depois de duas décadas de experiências dessas políticas neoliberais, ficou constatado o fracasso das mesmas em praticamente todas as suas proposições socioeconômicas. Há um consenso na literatura econômica internacional (veja Panizza, 2009; Porzencanski, 2007; Salama, 2010, Ocampo, 2012, Correa, 2002, etc.) quanto ao fracasso dessa nova ideologia econômica. Tanto é assim que o próprio Banco Mundial

reconheceu oficialmente, em 2001, essa situação ao elaborar novos documentos com novas receitas denominados de Pós-Consenso de Washington. Na essência passou-se a reconhecer dois aspectos que haviam sido negados anteriormente: o papel decisivo do Estado enquanto agente estimulador e promotor do desenvolvimento socioeconômico e o papel das políticas públicas construídas com a participação social enquanto instrumentos de cooperação e coesão social.

Especificamente em relação ao mercado de trabalho, relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT-ONU) de 1999-2000 mostrou o desastre que foi a ordem econômica neoliberal sobre o mundo do trabalho. Em grande medida se desestruturou os mercados de trabalho; se rebaixou o nível dos salários; e se ampliou as formas de contratação (informalidade) sem qualquer garantia e formas de proteção social ao trabalhador.

Particularmente do ponto de vista do que mais nos interessa aqui – exatamente para fazer um contraponto à mensagem do seminário – observa-se que a pobreza e a exclusão social atingiram níveis alarmantes após a adoção das políticas neoliberais e de livre mercado. Vejamos algumas informações sintetizadas apenas para a América Latina.

Inicialmente deve-se registrar que o percentual de pobres latino-americanos ao final da década de 1990 era superior ao percentual existente no início da década anterior. Isso significa que a filosofia do livre mercado acabou agravando ainda mais o problema, ao mesmo tempo em que aumentou as dificuldades dos governos locais para buscar soluções efetivas para esse flagelo social.

A tabela 1 apresenta a evolução total dos pobres latino-americanos durante as décadas de 1980 e de 1990, chamando atenção o fato de que nesse período de hegemonia do pensamento econômico neoliberal (capitalismo de livre mercado) a pobreza atingiu seu maior patamar na virada do século XX, chegando a mais de 200 milhões de pessoas, dentre os cerca de 500 milhões de habitantes do Continente Latino-Americano.



Tabela 1 – Evolução do número total de pobres na América Latina entre 1980-2002, segundo a situação domiciliar<sup>1</sup>

ANO	NÚMEROS ABSOLUTOS DE PESSOAS POBRES <sup>2</sup>		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1980	135.9	62.9	73.0
1990	200.2	121.7	78.5
1999	211.4	134.2	77.2
2002	221.4	146.7	74.8

Fonte: Cepal (2008)

<sup>1</sup> Dados correspondentes a 18 países da região, mais Haiti.

<sup>2</sup> Total de pessoas (em milhões) com renda inferior à linha de pobreza. Estão incluídas as pessoas classificadas com indigentes.

Para a CEPAL (2008b), a combinação de instabilidade econômica, baixo crescimento e manutenção da desigualdade de renda têm um duplo efeito negativo: deterioração da produção (baixo crescimento do PIB) e deterioração das condições sociais, levando ao aumento da pobreza. Assim, ciclos econômicos cada vez mais breves têm contribuído para minar os ativos dos pobres, especialmente o acesso ao mercado de trabalho e aos demais mercados de bens e serviços.

Observa-se que somente após o início do século XXI, quando o receituário neoliberal emanado do Consenso de Washington (capitalismo de livre mercado e totalmente desregulado) foi abandonado, começou a ocorrer uma redução expressiva dos percentuais de pobreza. Com isso, notou-se uma diminuição de 10 pontos percentuais em apenas seis anos. Além disso, é digno de registro o fato de que somente a partir do ano de 2005 a taxa de pobreza tornou-se inferior à taxa verificada no ano de 1980. Isso significa que a região levou 25 anos para retornar às taxas de pobreza apresentadas no início da década de 1980. **Este foi o resultado socialmente devastador sobre o Continente Latino-Americano do “capitalismo de livre mercado”.**

Finalmente, deve-se registrar que a redução da pobreza em curso atualmente deve-se a dois fatores interrelacionados. Por um lado, as mudanças econômicas em curso em praticamente todos os países do Continente a partir do início do século XXI promoveram uma recuperação das atividades a níveis muito superiores aos apresentados durante a vigência do “capitalismo de livre mercado” e, por outro, o processo de redução da desigualdade de renda e da pobreza em curso no mesmo período em muitos países decorre de políticas sociais ativas dos respectivos governos. Isso contrariou a

ideologia neoliberal, mas ajudou efetivamente as camadas sociais desfavorecidas e desprotegidas, bem como os pobres.

## **POBREZA E PRECONCEITO SOCIAL**

Como vimos anteriormente, não é de hoje que a condição social de pobreza torna-se um incômodo para importantes parcelas sociais, especialmente para as classes sociais mais abastadas e historicamente beneficiadas pelos resultados do modo de produção dominante.

Se antes ser pobre era vergonhoso, atualmente ser pobre é explicitar – para os olhos de quem efetivamente quiser ver – uma contradição cada vez maior entre os diferentes segmentos sociais que compõem uma determinada sociedade. É também mostrar o aprofundamento da contradição fundamental tratada ao longo de todo esse texto.

No caso brasileiro, essa explicitação se reveste de uma particularidade muito negativa: **ela é marcada pelo preconceito social**. E isso se tornou mais visível e explícito após a incorporação do tema da pobreza como prioridade política na agenda nacional. Não vou reproduzir aqui as diferentes formas de preconceitos contra as camadas sociais pobres porque elas já são bem conhecidas de todos, sendo que cotidianamente povoam as mentes retrógradas de camadas sociais privilegiadas.

Apenas destaco que recentemente me chamou atenção outro fato correlato a isso. Nas eleições de 2014 e, principalmente, nas manifestações de março de 2015 – que teoricamente se diziam apolíticas e convocadas contra a corrupção – emergiu de tudo e, particularmente, o preconceito acima mencionado. As fotos a seguir são apenas uma minúscula demonstração disso. Foram inúmeras as demonstrações preconceituosas divulgadas em todo o país. Grande parte delas tinham os pobres – esses sujeitos sociais antes invisíveis e que agora querem dividir os bancos dos aviões – como aparência, mas que na essência significa a possibilidade concreta de perda de domínio de uma parcela da população sobre as demais camadas sociais subalternas em uma sociedade marcadamente desigual em todos os seus aspectos.

Foto 1: duas mensagens preconceituosas contra os pobres



Foto 2: A visão sobre os pobres, que segundo esse sujeito, elegeram a atual presidente do país



## NOTAS FINAIS

Ao longo desse texto procuramos mostrar que a pobreza, enquanto um fenômeno social, não pode ser naturalizada, uma vez que ela decorre das relações sociais que se estabelecem em uma determinada sociedade sob um determinado modo de produção material.

Neste sentido, procuramos sistematizar argumentos e informações sobre o tema em tela à luz de contextos históricos e políticos que possibilitaram a emergência e permanência da pobreza no cenário socioeconômico de centenas de países nos diversos continentes do globo terrestre.

Da mesma forma, esse texto se junta e se soma à diversas outras iniciativas que procuram descortinar dogmas que se constituíram e se proliferam como se fossem verdades universais. Para isso, torna-se necessário refutar, a priori, a ideologia do livre mercado enquanto instrumento de combate à pobreza. Como vimos anteriormente, foi exatamente sob a égide dessa filosofia política e econômica que ocorreram as maiores taxas de crescimento da pobreza, merecendo destaque especial a situação dos países latino-americanos.

Nesse Continente, todas as informações oficiais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, CEPAL, etc.) revelaram que as décadas sob a ideologia do “capitalismo de livre mercado” foram aquelas que apresentaram as elevações mais expressivas da pobreza e da concentração da renda em praticamente todos os países. Com isso, ao final do século XX quase 50% da população latino-americana se encontrava na situação de pobreza e de indigência.

Por isso entendemos que a superação da pobreza não se dará apenas por atos de caridade (em suas distintas dimensões e sentidos), mas sim por meio de políticas efetivas de Estado e de reformas estruturais que ataquem as causas geradoras desse flagelo social chamado pobreza.

Para aqueles que ainda acreditam na possibilidade da construção de sociedades mais igualitárias, fraternas e democráticas, é difícil compactuar com a filosofia de que o tal do “capitalismo de livre mercado” irá propiciar condições de vida adequadas para todos e, especialmente, para as classes sociais subalternas e menos favorecidas. O dia que isso ocorrer, o atual modo de produção deixará de se chamar “capitalista”.